



## **O triunfo do modelo neoliberal de subjetivação: a forma de vida do indivíduo**

**Tiago Iwasawa Neves**

Universidade Federal de Campina Grande -UFCG

Doutor em Psicologia

[tiago.iwasawa@professor.ufcg.edu.br](mailto:tiago.iwasawa@professor.ufcg.edu.br)

**Larissa Chagas Gomes Oliveira**

Universidade Federal de Campina Grande -UFCG

Graduanda em Psicologia

[larichgomes7@gmail.com](mailto:larichgomes7@gmail.com)

**Resumo:** A economia neoliberal disputa atualmente sua hegemonia por meios materiais e simbólicos ao fundar um novo léxico empresarial que se estende sobre os mais diversos aspectos da vida, como o trabalho, a linguagem e o desejo. O que está em questão é uma nova figura do humano e da subjetividade, que são formadas segundo princípios do mundo privado e competitivo. Diante desse contexto, o presente artigo objetivou investigar o processo de subjetivação mobilizado pelo discurso neoliberal através de um percurso crítico sobre as teorias de pensadores influentes do liberalismo, tendo em vista a virada dos estudos econômicos que toma a subjetividade e o humano como elementos centrais para construir as bases da economia neoliberal. O princípio deste artigo é que o neoliberalismo deve seu atual sucesso ao predomínio de sua determinação de subjetividade e ao que suas bases teóricas delineiam como fundamentos da ação, do desejo e das relações humanas, isto é, a posse, o empreendimento de si mesmo e o auto interesse constantes. O conceito da forma de vida do indivíduo nasce da crítica à forma de subjetivação neoliberal, tendo em vista que a categoria de sujeito se encontra em disputa em âmbito político e econômico.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Subjetividade; Liberdade; Indivíduo; Propriedade.

### **Introdução**

O neoliberalismo é um fenômeno multifacetado que ascendeu gradualmente em diversos contextos políticos e econômicos. Longe de ter sido espontâneo histórica e

socialmente, contou com uma grande articulação e planejamento entre teóricos defensores do liberalismo em reuniões como o Colóquio de Walter Lippmann (1938) e em sociedades como a de Mont-Pèlerin. Sociedades essas, que, por sua vez, geraram um *front* organizado de teóricos, institutos e *think tanks* para disseminar suas ideias nos mais diversos meios, especialmente o midiático. Desde o seu início, houve articulação entre os teóricos neoliberais e elites econômicas e governantes, a exemplo da Comissão Trilateral e das claras influências de figuras como Milton Friedman, Gary Becker, Ludwig von Mises e Friederich Hayek, entre outros, nos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Chile ditatorial ao longo do século passado, que foram marcos importantes para a realização gradativa e poderio atual do neoliberalismo.

Considerando o neoliberalismo como o que dá sustentação ao capitalismo em seu estágio atual, é válido notar que sua hegemonia contemporânea não se deu, em primeiro lugar, seguindo completamente as elaborações teóricas de um ou outro autor, mas de vários aspectos elaborados por eles em conjunto. Em segundo lugar, não apenas o planejamento governamental aliado à elites e oligarquias econômicas e forças midiáticas e militares foram completamente responsáveis pelo seu sucesso e manutenção, apesar de sua clara força política nesse aspecto sobre governos e seu poderio em geral. O sucesso do neoliberalismo, isto é, sua hegemonia ou “seu poder disfarçado de consenso”, para parafrasear Alemán (2022, p. 5) se dá, para além desses motivos, principalmente graças ao que ele mobiliza a nível subjetivo sobre a população em geral.

Segundo Nora Merlin (2019), o neoliberalismo aparece como uma força que garante sua predominância graças à colonização de subjetividades, tendo em vista que, como afirma Alemán (2022, p. 3), “o capitalismo se comporta como uma força acéfala que se expande sem limites até os confins da vida”. Nossa tese, neste artigo, é a de que o neoliberalismo deve sua reprodução graças aos discursos que mobiliza, as formas de relação consigo e com outros guiados pelo que propaga sobre propriedade, liberdade, competitividade, para as diversas instâncias da vida humana, para também, por meio deles produzir subjetividades confluentes aos seus objetivos.

Considerando os breves apontamentos expostos acima, podemos considerar que não existe neoliberalismo sem a defesa de um modelo específico de subjetivação. Neste trabalho, propomos que esse modelo específico de subjetivação neoliberal é o que podemos chamar de forma de vida do indivíduo, pois, segundo Safatle (2019, p. 25), formas de vida se apresentam como coordenadas simbólicas de modos de existência, com três dimensões principais, “a saber, o desejo, a linguagem e o trabalho” (Safatle, 2021, p. 34), contra as quais nos “colidimos” cotidianamente.

## Neoliberalismo e o que há de individual em todos nós

Visando a compreender melhor os fundamentos neoliberais de liberdade, política, mercado e propriedade, para também a partir dessa compreensão apreender suas contradições, sem reduzir o fenômeno do neoliberalismo capitalista a uma agência impessoal, e investigar mais profundamente o que significa o indivíduo segundo um contexto neoliberal, buscamos reunir agora as concepções teóricas de importantes pensadores e os movimentos do discurso dos liberais em sua aplicação prática. Reunir as concepções ideológicas desses pensadores têm sua utilidade, afinal muitos desses principais teóricos não eram apenas acadêmicos. No presente artigo, consideramos os teóricos influentes para a teoria econômica, bem como para marcos de seu desenvolvimento e implantação prática (Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawek, Friederich Hayek e Ludwig von Mises). Nesse sentido, os próprios teóricos reconheciam o valor do embate ideológico de suas ideias e a influência que poderiam exercer sobre dimensões governamentais (Dardot;Laval, 2016, p. 149-51).

Em primeiro lugar, é válido ressaltar que houve uma série de viradas conceituais e mudanças de paradigmas nos estudos em economia entre teóricos liberais clássicos e os fundadores do neoliberalismo. Nesse sentido, Rodrigo Constantino sintetiza:

Um fator importante na evolução do pensamento econômico foi o surgimento do conceito de “homem econômico”. John Stuart Mill separou do homem todas as demais paixões além daquela da busca pela riqueza, e este ser abstrato seria o *homo oeconomicus*. [...] A economia passava a ser concebida como um estudo que envolveria um padrão de comportamento humano. A ciência econômica podia, então, ser identificada em termos de um padrão único de comportamento: conseguir mais por menos. Nascia o princípio de maximização, também chamado de o “princípio econômico”. Talvez a expressão mais clara dessa tendência tenha sido a definição de Jevons, que descreveu o “objeto” da economia como a forma de maximizar a felicidade pela compra de prazer sob o menor custo de sofrimento (Constantino, 2009, p. 139).

Da passagem acima, percebemos que houve uma virada nos paradigmas centrais que orientam os estudos em economia. Se em um primeiro momento tais estudos se voltavam apenas para análise objetiva da riqueza material das nações, uma concepção herdada de Adam Smith, então, em um novo momento, a atenção se volta para a subjetividade dos indivíduos, das ações humanas e das relações de troca como aspecto fundamental da economia. Essa foi uma mudança de concepção que elegeu o *homo oeconomicos* como sujeito principal das

operações de mercado e da valoração dos objetos. Mais do que isso, a economia liberal para esses autores começa também a centralizar-se sobre certos princípios das relações humanas:

A substituição do termo “riqueza” por “troca” foi de grande relevância para a política econômica. O cerne da economia passava a ser caracterizado pelas operações envolvidas nos fenômenos investigados. Como explica Kirzner, o ponto de vista da catalática claramente facilitou a conversão da política econômica de uma ciência da riqueza para uma ciência do homem. A troca no contexto econômico é o mecanismo pelo qual o homem pode obter as coisas que deseja oferecendo algo que ele tem. O mercado pode ser visto como uma instituição em que os indivíduos podem cooperar para satisfazer seus desejos. Esta cooperação social espontânea acaba por permitir um resultado melhor para todos, ainda que cada envolvido não tenha consciência disso. É basicamente este o conceito da “mão invisível” de Adam Smith, ou ainda a visão de Hayek do mercado (Constantino, 2016, p. 140).

A exemplo de Hayek, “economia” significa organização e está situada em escala específica e prática, que é, por exemplo, o caso de um indivíduo, lar, uma família, uma fazenda ou empresa. Já a ordem do mercado é uma ordem espontânea fora do planejamento de coletivismos como o comunismo ou o fascismo sobre a sociedade, que ele também define como *catalaxia*, verbo de origem grega para “trocar” ou “intercambiar”, aquilo capaz de fazer convergir diferentes interesses, ou ainda, “fazer do inimigo um amigo”, ela é, portanto, constituída de relações econômicas (Dardot; Laval, 2016, p. 160-163). A *catalaxia* ou ordem espontânea do mercado tem grande importância na teoria de Hayek por ser, ela mesma a fundação do vínculo social. Nesse sentido, esses autores saíram de uma formulação centrada nos bens materiais para se voltar para a felicidade e a satisfação pessoal como fundamentos gerais das ações e trocas, vinculando uma coisa à outra e pondo no centro do cálculo econômico o desejo único por satisfação.

Para Carl Menger, fundador da Escola Austríaca, assim como para Eugen von Böhm-Bawek e Friederich Hayek, o esforço do trabalho não tem qualquer relação com o valor de um bem, muito menos as origens deste, mas antes, a utilidade e as vantagens que ele pode servir ao indivíduo. Para Menger, a economia está centrada no indivíduo, pois é a satisfação dele o que indica a utilidade dos bens. Portanto, o indivíduo é impelido constantemente pela sua busca por satisfação própria, que é o que dá importância e utilidade às coisas nas trocas voluntárias que ele realiza. A satisfação própria do indivíduo aparece necessariamente vinculada à posse de bens (Constantino, 2009, p. 17-19).

Isso vai de encontro com a teoria de Ludwig von Mises. Primeiramente, é ele quem se preocupa com uma redefinição ou reposicionamento de estudos econômicos como indissociáveis de uma ciência do homem. Para Mises, o indivíduo é um ser que escolhe e age a

fim de atingir certa finalidade, uma certa meta. Segundo o autor, “a ação humana é necessariamente sempre racional”, e seu oposto não seria o “comportamento irracional”, mas sim respostas automáticas aos estímulos “por parte dos órgãos e instintos do organismo que não podem ser controlados por vontade de uma pessoa”, portanto, toda ação humana aparece, necessariamente, como dotada de racionalidade, escolha, vontade e controle (Mises, 1949/2010, p. 43-45).

Além disso, toda ação predispõe o desconforto, e o “objetivo final da ação é sempre a satisfação de algum desejo do agente homem” (Mises, 1949/2010, p. 43). Para que seja possível a liberdade de escolher, é preciso que haja o mercado e propriedade. O indivíduo está intimamente ligado à economia em sua praxeologia, em que, para Mises, “não há como compreender a realidade da ação humana sem uma teoria, uma ciência apriorística da ação humana” (Constantino, 2009, p. 26). Desenha-se aqui uma figura bastante específica do humano e a essência de sua ação, dotadas de racionalidade, ou ainda, que precisam ser guiadas por elas, dado a importância da lógica, do controle e vontade autônoma asseguradas apenas pelo livre mercado para que se alcance a satisfação própria através da propriedade.

### **Liberdade, autonomia e satisfação: o indivíduo e sua forma privada**

Para Mises e os seguidores da Escola Austríaca<sup>1</sup>, a ciência econômica, cuja função primária é estudar a ação humana, ela não deve “dizer aos homens quais fins eles deveriam escolher; apenas mostrar que eles devem agir se eles pretendem alcançar determinados fins” (Constantino, 2009, p. 141), fins estes encontrados nessa conjugação construída pelos autores dessa escola entre propriedade, liberdade e natureza humana. Para tanto, a razão humana assume um encargo fundamental e necessário, como instrumentos para reconhecer oportunidades, gerenciar informações e conhecimentos e calcular ações e escolhas a fim de alcançar o bem-estar individual, isto é, a obtenção de um estado preferível ao que prevalecia antes. Portanto, pois “um ato é econômico desde que seja a expressão consciente do desejo humano e sua tentativa consciente de atingir determinada meta” (Constantino, 2009, p. 14).

---

<sup>1</sup> É a partir do Colóquio de Walter Lippmann (1938), considerado um marco de coalizão internacional entre intelectuais do liberalismo, que as divergências teóricas entre eles se explicitam em duas grandes correntes de pensamento: a alemã e a austríaca (Dardot, Laval, 2016, p. 72-79). A corrente alemã, conhecida como “ordoliberalismo”, visa a fundamentar o liberalismo sobre novas bases que conciliam o dirigismo do estado às demandas do mercado. Já a corrente austríaca, conhecida popularmente como Escola Austríaca, defende o resgate do liberalismo clássico e se opõe ao intervencionismo estatal, pois o Estado é para ela uma forma de coletivismo que conduz necessariamente ao totalitarismo. A Escola Austríaca, ao contrário dos ordoliberais, acredita que o liberalismo clássico não fracassou previamente, mas que foi traído e usurpado nos eventos que culminaram na Grande Depressão (1929-1939).

Embora Mises afirme que a propriedade privada garanta privilégios, ele logo a defende contra outras possibilidades de seu trato:

Se chegarmos à conclusão de que apenas a propriedade privada dos meios de produção torna possível a prosperidade da sociedade humana, é claro que isso equivale a dizer que a propriedade privada não constitui privilégio de seu proprietário, mas uma instituição social para o bem de todos, muito embora possa, ao mesmo tempo, ser especialmente agradável e vantajosa para alguns (Mises, 1949/2010, p. 59).

Perturbar a propriedade privada (e quem tenha vantagens concedidas por ela) é perturbar a paz. Ludwig von Mises (1949/2010, p. 824) esclarece que, na economia de mercado, “o indivíduo é livre para agir nos limites que lhe são impostos pela propriedade e pelo mercado”, em que suas escolhas devem ser inapeláveis, e “a sociedade não diz a uma pessoa o que fazer e o que não fazer”, pois as ações autônomas dos indivíduos são espontaneamente coordenadas pelo mercado, sem necessidade de normas ou de governança, pois a “não cooperação penaliza a si mesmas”, afinal, “ajustar-se às exigências do esforço produtivo da sociedade a procurar atingir os seus próprios objetivos pessoais não são coisas conflitantes”. Segundo Mises, “não há nenhum antagonismo entre os interesses do indivíduo e os da sociedade” (Mises, 2010a, p. 823), em uma economia de mercado com base na propriedade privada.

Para Mises (2010a) a liberdade tem um território específico, a do mercado, que não teria conflitos e antagonismos, e sem, portanto, particularidades verdadeiras, pois todas seguem uma base comum de interesses individuais segundo regras dispostas, em que o que importa é a ideia de “erigir um sistema social sobre uma base dupla: a propriedade privada e os princípios morais que restrinjam a utilização da propriedade privada” (Mises, 2010a, p. 824). Paradoxalmente, ele erige uma forma social que diz a uma pessoa o que fazer e o que não fazer, contanto que a meta seja a posse e a satisfação pessoal, desde que não se saia do território do mercado livre e suas formas de relação. Mises aposta na consciência como intervenção nos excessos da busca pelo lucro e por privilégios, e na não intervenção do governo no mercado, não por que não haveria necessidade, mas porque “os indivíduos são os únicos capazes de fazer cálculos a partir das informações que possuem. É esse postulado da ação humana racional que arruína previamente as pretensões do dirigismo” (Dardot; Laval, 2016, p. 144). Portanto, há em Mises, a prevalência de um indivíduo bastante específico para suas equações: ele precisa ser racional, sempre consciente e detentor de autonomia, cujo mercado e a propriedade privada dos meios de produção garantem a ele a liberdade de escolhas e a busca pela realização da meta de satisfação própria. A propriedade é um bem comum, é um ponto de convergência de interesses,

harmonia e cooperação entre coletividade e individualidade, que devem ser garantidas pela legislação, mas graças à consciência e racionalidade dos indivíduos que calculam e se adaptam a partir das informações e conhecimentos disponibilizados a eles, não é necessário qualquer dirigismo.

Para Hayek, um pouco diferente de Von Mises, influenciado pelos seus estudos de Biologia e Psicologia, os processos econômicos são definidos como espontâneos, a ordem do mercado, como ele chama, não é um processo artificial, pois não pode ser projetado pelos homens, nem é natural, isto é, fruto da natureza (Hayek, 2014, p. 40). A liberdade é um conceito central na obra de Hayek, pois está diretamente relacionada ao que ele denomina indivíduo e autonomia, campo de definição este em que é possível encontrar os parâmetros para se estipular ação e o valor das mercadorias. Segundo ele, “o homem, ou pelo menos o homem europeu, surgiu na história como membro de duas categorias distintas: a do homem livre e a do homem não livre” (Hayek, 2014, p. 33-36).

A liberdade é necessariamente a liberdade de possuir e adquirir propriedade, e não é definida pela gama de escolhas, mas por até que ponto a conduta de uma pessoa “é fruto de uma intenção individual, voltada para fins que vinha persistentemente buscando, e não para necessidades criadas por outros de modo a levá-la a fazer o que querem” (Hayek, 2014, p. 28-29, 33), ou seja, a liberdade significa o quanto o indivíduo está livre de uma dimensão do outro, de uma manipulação exercida por ele, pelo coletivo (ou coletivismos e suas teorias) nas próprias ações. O indivíduo livre aparece como um ser capaz de uma independência acentuada em relação aos outros, que deve permanecer livre dele e sua possível coerção, por isso, segundo Hayek, a “liberdade pressupõe que o indivíduo tenha assegurada uma esfera privada, que exista certo conjunto de circunstâncias no qual outros não possam interferir” (Hayek, 2014, p. 28-29).

Para Hayek, segundo Constantino (2009, p. 62), “uma grande restrição à liberdade individual reduz a quantidade de inovações e a taxa de progresso da sociedade”. É a liberdade que é dada aos indivíduos, que é capaz de dar espaço ao imprevisível, a busca e compartilhamento de conhecimento e informação, aos erros e acidentes que permitem a evolução da civilização para o austríaco. E, para Hayek, “não é possível existir liberdade pessoal e política quando a liberdade econômica (de possuir) é progressivamente abandonada” (Constantino, 2009, p. 70). Sua concepção de indivíduo pode se sintetizar como autolegislação assegurada pela lei, por um judiciário que prioriza as regras do direito privado sobre todas as dimensões, pois, como resume Hayek “esse reconhecimento do indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos”, e a crença “de que suas ideias deveriam governar-lhe tanto quanto

possível a conduta, que constitui a essência da visão individualista” (Hayek, 2010, p. 77). Não podemos perder de vista que:

O neoliberalismo planta as sementes de um nacionalismo que ele formalmente abjura. Também se ramificam o estatismo, o policiamento e o autoritarismo, uma vez que muros e proteções de todo tipo são autorizados e exigidos por essa privatização. Muros e portões de casas, é claro, são símbolos visuais mais fortes que demarcam o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, a propriedade do comum (Brown, 2019, p. 143).

Nesse sentido, a própria noção de propriedade privada é central não só para uma lógica de separação e antagonismo entre indivíduo e coletividade, mas também de toda uma esfera privada, indissociável da lei, geradora de tradições, não apenas composta de bens materiais, mas um domínio de “proteção contra as intromissões em nossas atividades” (Hayek *apud* Dardot e Laval, 2016, p. 170). Esse anseio é herdado de John Locke, para quem a propriedade é definida como “a vida, a liberdade e as posses de um homem”. Nesse contexto, é interessante notar como a propriedade privada, a liberdade, a posse de bens e a autonomia são lemas que ressoam em movimentos fascistas e “populistas” da direita como “Deus, pátria e família”, lema presente nas propostas da Ação Integralista Brasileira (1932), por exemplo. Tudo isso nos mostra como a subjetividade produzida pelo neoliberalismo é totalizante, alheio aos modos de se lidar com diferenças, compatível com princípios da intolerância e do conservadorismo. Segundo Safatle (2019, p. 31), o privado e a propriedade falam, antes de tudo, de um afeto de controle e segurança.

Para os autores, “o livre mercado é o único meio conhecido para permitir que os indivíduos julguem vantagens comparativas de usos diferentes dos recursos escassos”, o que dá importância crucial a um mecanismo de preços livres, pois “a preocupação com o lucro é apenas o que torna possível o uso mais eficiente dos recursos” (Constantino, 2009, p. 82). É por meio da propriedade privada que o indivíduo pode exercer seu juízo e arbítrio, ou seja, que ele pode escolher, e é o campo da propriedade privada que guia a necessidade de direcionar e investir, empreender, se adaptar ao mercado, segundo o reconhecimento de um cenário de escassez de recursos. Fica claro que a liberdade é, em outras palavras, o direito à propriedade privada protegida, e que a liberdade “não implica a posse de todos os bens ou a ausência de dificuldades, ser livre pode significar liberdade de morrer de fome, [...] ou, ainda de correr riscos mortais” (Hayek, 2014, p. 35). Ou seja, liberdade não é sobre o acesso ilimitado às posses em si, mas sobre o mercado que sustenta a lógica expansiva da propriedade privada enquanto centrais para as ações humanas e como um território de pretensa segurança.

Nesse sentido, proposta de liberdade que Hayek apresenta é “paradoxalmente outra forma dogmática de apresentar modelos de organização social” e mostra que, “o trabalho intelectual que concede orientação aos demais mortais sobre os rumos sociais, duramente criticado por Hayek, é paradoxalmente a exata definição do trabalho que o autor toma para si” (Safatle, Junior, Dunker, 2021, p. 89-91). Assim, a concepção de liberdade em Hayek sustenta-se em uma autonomia que não é livre da servidão, pelo contrário, a autonomia aparece enquanto mais uma “estrutura normativa de efetivação de exigências da liberdade” (Safatle, 2019, p. 22), uma liberdade efetivada através do modo de relação com o mundo e com os outros a partir da propriedade privada posta como norma e em torno da qual se unificam as experiências, havendo cada vez menos espaço para diferenças e para possibilidades outras de relação e de vivência.

O risco e a incerteza não podem ser excluídos do cálculo do empreendedorismo porque é o que, segundo Kirzner, o aproxima de uma análise mais “próxima do mundo-real” e que, portanto, o estado de alerta “empreendedor, neste mundo essencialmente incerto, indefinido, de multiperíodo, deve inevitavelmente se expressar nas qualidades como audácia, autoconfiança, criatividade e habilidade de inovar” (*apud* Gianturco, 2014, p. 42). Ou seja, o risco e a insegurança presentes nesse contexto econômico incidem diretamente sobre como o indivíduo deve agir, quais qualidades devem ser cultivadas, pois seriam necessárias para lidar com as dificuldades necessárias a essa modalidade econômica.

Nesse contexto é que se situa a emergência de uma forma de vida do indivíduo orientada pelo contexto econômico de empreendedorismo, em que a própria forma de existir, em diversos aspectos, devem ser fortemente influenciadas pelas necessidades impostas, isto é, a necessidade de “inovar”, de “ter perspicácia”, de ser “autoconfiante”, de ser a potência e a fonte de uma autovaloração constante, um gestor da própria vida e das próprias relações, em que nada escapa dessa gerência. O empreendedor também aparece como uma categoria mais totalizante graças a essa conceituação, e pode abarcar categorias econômicas antes separadas, como o proprietário, o consumidor e o trabalhador; e que deve utilizar de recursos (materiais ou não) e de uma postura confiante e ativa para encontrar oportunidades que atendam a demandas percebidas e inovar com auxílio da própria criatividade. Além disso, o empreendedor é, segundo Constantino (2016, p. 136), “não apenas como a mola propulsora de uma economia de mercado, mas principalmente como um produto exclusivo da economia de mercado”.

Trata-se, então, da entrada de um “léxico empresarial” em diversas áreas institucionais e cotidianas, afetando a maneira de “pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey *apud* Rosa, 2019, p. 156). É possível, assim, notar que as “pessoas passam a falar sobre assuntos corriqueiros e da própria vida usando palavras como

produtividade, performance, inovação, exponencial, resultado, investimento, networking, mindfulness, mindset, background, coaching, entre outras” (Rosa, 2019, p. 156). Todos esses termos do mundo empresarial e administrativo são facilmente difundidos em redes sociais, mídias e cursos de *coachs* como modelos de referência para gerir a própria vida, alcançar êxito na realização de planos individuais de sucesso na carreira profissional e sucesso quanto à sobrevivência. O mercado se torna referencial central para a formação de si, que segue agora o modelo do empreendedor, um agente consciente que utiliza de recursos e propriedades materiais ou não, como a percepção, o conhecimento e o tempo, para a exploração de oportunidades em uma atividade de cálculo que inclui o risco presente um mundo incerto, para mobilizar mudanças de *mindset*, inovar, investir na “própria formação”, fazer laços com os outros, tendo em vista a fortificação de uma *networking*, uma rede de vantagens conferidas por relações profissionais bem selecionadas, e que deve expressar qualidades como autoconfiança, coragem e criatividade, para auxiliar no crescimento do valor de si próprio no mercado. Ocorre, portanto, uma fusão do vocabulário do mercado a uma gramática e compreensão do eu, em que a dimensão da linguagem da forma de vida do indivíduo é predominantemente aquela do mundo empresarial.

Nesse sentido, a forma de vida do indivíduo tem em sua dimensão de desejo algo que confere ao neoliberalismo seu caráter de expectativa envolvente, por meio da qual o poderio neoliberal sobreviveu à crise de 2008, para a qual não há verdadeiro consenso entre teóricos se de fato acabou. Por um lado, dentro dos limites do mercado, “único” garantidor da liberdade, segundo Rosa “a presença de regimes de concorrência definem novos modelos de subjetividade, que são impulsionados pela falta de empregos, a precariedade e o endividamento” (2019, p. 156), cenário de precarização no mundo do trabalho que apenas cresceu após a crise do sistema financeiro, que antes de ter sido superada, parece que ajudou a instaurar um estado de crise constante. Além disso, uma ética empresarial e uma gramática administrativa são as bases de uma formação de si, e de uma racionalização do desejo e de autoavaliação constante, segundo “o sucesso profissional, a faixa salarial, os riscos de desemprego e outros elementos alinhados ao valor econômico” (Alemán, 2017), em que o risco e a concorrência criam uma necessidade e um desejo de “autovalorização”, isto é, “acumulação do próprio valor” indefinidamente, em que, segundo Alemán (2017), não se trata de ter ou trabalhar em uma empresa apenas, mas “tornar a si mesmo e a própria relação consigo mesmo em capital financeiro. Laval e Dardot enquadram esta operação na fórmula (S-S’), onde o sujeito engendra a si mesmo, ilimitadamente em capital financeiro” (Alemán, 2017), e este novamente em sujeito.

Instaura-se um movimento circular e permanente de “automaximização” que, segundo Alemán (2017), “o sujeito goza da produção que aumenta seu valor” (Alemán, 2017). Por outro lado, no neoliberalismo trata-se também de uma forma de vida do indivíduo em que ele aparece capaz de potência de realização e combate às próprias impotências, e combate a uma alteridade ameaçadora do bem privado (manifestados na figura da posse, da identidade do eu e da nação), como vimos no que se mobiliza perante um “populismo” de direita recente, ou no que Hayek melhor coloca como liberdade, isto é, a possibilidade de o indivíduo se ver totalmente e permanentemente independente do outro, e, portanto, livre deste: um indivíduo autônomo, legislador de si mesmo, cuja inviolabilidade deve ser preservada, e é alguém que não tem contas a prestar com a coletividade, essa se torna uma dimensão antagônica, coercitiva e manipuladora. Nesse contexto, o indivíduo aparece identificado com a propriedade privada nas mais diversas dimensões de sua existência.

### **Considerações finais**

Foi através da posse de recursos políticos, econômicos, virtuais, midiáticos e forças militares que o modelo neoliberal se tornou globalizado, que através da preocupação dos teóricos acerca da centralidade de agentes econômicos aqui detectados como a forma de vida do indivíduo, foi possível instaurar uma gramática do empreendedorismo, o imperativo estratégico de autoconhecimento, de ser, cada vez mais, “si mesmo”, de inovar e ser “confiante”, “normal”, “funcional”, diante de crises políticas, que herdam da branquitude racista sua agressividade defensiva e desejo de restauração de estruturas antes dominantes; crises psíquicas e econômicas cada vez mais duradouras, marcadas pela insegurança monetária, cenários de desemprego crescente e de risco constante. É também através dessa forma de vida que é mobilizado o desejo de autossatisfação constante diante de recursos escassos e insegurança social, desejo de potência de independência e imunidade em relação à alteridade, autovaloração que engendra valor sobre si mesmo, da relação consigo próprio e com objetos a partir da concepção da posse, “pois nas condições históricas atuais não é possível insistir em uma forma de pertencimento que não seja expressa sob o regime da propriedade” (Safatle, 2019, p. 30). Isto é, trata-se emergência bem arquitetada de uma figura antropológica com a qual nos deparamos como referência para uma construção de si, de relação com os outros e de funcionalidade no ambiente do trabalho, uma figura que se funda na concepção de propriedade privada, a qual segundo Safatle (2019, p. 31) “é, acima de tudo, um afeto: o afeto da segurança das coisas que estão completamente submetidas ao meu domínio”, cuja centralidade se exerceu

a tal modo totalizante sobre as relações sociais a ponto que se tornou uma representação do realismo para a qual não há alternativas.

Para o neoliberalismo verdadeiramente “dar certo”, segundo seus próprios teóricos, é necessário que um indivíduo bastante específico exista, uma figura do humano extremamente idealizada e fundada na presença dominante da consciência e na necessidade de racionalidade e do desejo de autossatisfação constante, que se apoiam sobre a pretensa segurança da propriedade contra a intromissão de qualquer outro ou coletivo sobre o próprio, o privado. É necessária uma forma de vida que siga regras específicas do mercado e da lógica de produtividade para atingir determinados fins e realize um movimento contínuo de empreendedorismo e gestão dos conhecimentos, do corpo próprio, da própria vida e das relações, guiado por sinais que o indivíduo capta o tempo inteiro de sua percepção cognitiva, exigida mais do que nunca. É um indivíduo fruto de um reducionismo sem precedentes sobre o desejo e subjetividade humana e suas diversas manifestações culturais. Um indivíduo, portanto, essencialista e destituído de historicidade, cujos autores do neoliberalismo consideram o subjetivo apenas como uma interioridade ou motivação individual nebulosa e desimportante, e, em seu desenho do indivíduo, desconsideram dinâmicas culturais, afetivas e inconscientes. O neoliberalismo hoje se reproduz na produção de um indivíduo que se sustenta sobre um desejo de superação da falta que é inerente ao sujeito e em uma pretensa possibilidade de completude e independência em relação à alteridade, esquecendo-se que humanos são fundados enquanto sujeitos através de sistemas sociolinguísticos e históricos, aos quais eles são alheios apenas nos primeiros meses de vida, e influenciados continuamente pela linguagem e por relações com os outros até seus últimos dias. Além disso, há elementos que escapam à lógica empresarial, como relações de solidariedade, amizade e amor genuínos, bem como o luto e a morte. O resultado da tentativa de reprodução da forma de vida do indivíduo neoliberal se expressa no cenário alarmante de patologias vinculadas ao sofrimento psíquico típicos de nossa época.

Afinal, segundo Alemán (2022), o mal-estar do século XXI “diz respeito a um rendimento de si mesmos que os coloca para além das suas próprias possibilidades” (Alemán, 2022, p. 16), pois para se conceber a todo instante como empreendedor de si, é necessário consumir muito conteúdo de autoajuda, de autoestima, coaches, realizar autoavaliações constantes para realização de um desempenho sem limites, “que deve estar o tempo todo consagrado em um excesso além de si mesmo” (Alemán, 2022, p. 15), que resulta como contrapartida clínica, por exemplo, a depressão. E o que seria a depressão, segundo o autor, senão “uma patologia da responsabilidade, uma patologia do sujeito que diz não estar à altura das suas exigências, um sujeito que se encarrega de não ter cumprido”, pois um empresário de

si mesmo “não tem história, nem legado simbólico” (Alemán, 2022, p. 16), e nem uma tradição que o sustente, não há nada que o garanta em meio aos riscos por trás da necessidade de empreender, facilmente é possível cair em discursos conservadores e tradições fundamentalistas a partir disso. Se o segredo do capital é a subjetividade, como diz Alemán (2022, p. 16) e que “a verdadeira espoliação de guerra do capitalismo contemporâneo é o sujeito”, trata-se então de distinguir a forma de vida do indivíduo do sujeito que, a exemplo da psicanálise, se constitui não como uma essência, mas como uma falta, e tudo o mais que escape às formas de produção neoliberais.

## **Referências**

ALEMÁN, Jorge. *O que é a subjetivação neoliberal?* Tradução: Cepat. Instituto Humanitas Unisinos: 2017. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/568182-o-que-e-a-subjetivacao-neoliberal>> Acesso em: 24 mar. 2024.

ALEMÁN, Jorge. Horizontes neoliberais na subjetividade. Tradução de Maria C. Gomes. *Analytica*, São João del Rei, 21, 2022, pp. 1-24.

ALVES, Marco Antônio Sousa. O direito de apropriação privada em Locke: um pensamento de transição. *Controvérsia*, Rio Grande do Sul, 3, set.-dez, 2010, pp. 51-67.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CONSTANTINO, Rodrigo. *Economia do indivíduo*: o legado da escola austríaca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIANTURCO, Adriano. *O empreendedorismo de Israel Kirzner*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2014.

HAYEK, Friederich A. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, Liane de Moraes Ribeiro e José Ítalo Stelle. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 1944/2010, pp. 69-85.

HAYEK, Friederich A. *Os fundamentos da liberdade*. Tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. Editora Visão, 1983/2014.

MASTERCLASS. Disponível em:<<https://www.masterclass.com/>> Acesso em: 23 mar. 2024.

MERLIN, Nora. Colonización de la subjetividad y neoliberalismo. *Gearte*, Porto Alegre, 2, p. 272-285, mai.- ago., 2019.

MISES, Ludwig von. *Ação humana* (1949). São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010a.

MISES, Ludwig von. *Liberalismo* (1927). 2 ed – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010b.

MOTORYN, Paulo; CARVALHO, Igor. “*Deus, Pátria, Família*”: Bolsonaro usa lema da Ação Integralista Brasileira em carta à nação. São Paulo: Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/deus-patria-familia-bolsonaro-usa-lema-daacao-integralista-brasileira-em-carta-a-nacao>> Acesso em: 23 mar. 2024.

ROSA, Rafael Rocha da. *Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade*. Fortaleza: Argumentos, 21, jan.-jun. 2019, pp. 154-165.

SAFATLE, Vladimir. *Crítica da autonomia*: liberdade como heteronomia sem servidão. Discurso, 2, p. 21-41, 2019.

SAFATLE, Vladimir; NELSON JUNIOR; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

## **The triumph of the neoliberal model of subjectivation: the individual's way of life**

**Abstract:** The neoliberal economy is currently disputing its hegemony through material and symbolic means by founding a new business lexicon that extends to the most diverse aspects of life, such as work, language and desire. What is at question is a new figure of the human and subjectivity, which are formed according to the principles of the private and competitive world. Given this context, the aim of this article is to investigate the process of subjectivation mobilized by the neoliberal discourse through a critical look at the theories of influential liberal thinkers, bearing in mind the turn in economic studies that takes subjectivity and the human as central elements in building the foundations of the neoliberal economy. The principle of this article is that neoliberalism owes its current success to the predominance of its determination of subjectivity and to what its theoretical bases outline as the foundations of action, desire and human relations, that is, property, constant self-enterprise and self-interest. The concept of the individual's way of life arises from the critique of the neoliberal form of subjectivation, given that the category of subject is in dispute in the political and economic spheres.

**Keywords:** Neoliberalism; Subjectivity; Freedom; Individual; Property.

Recebido: 27 junho 2024

Aprovado: 19 agosto 2024